

Junho de 2013 como um todo homogêneo ou como mobilização de classe média: Dois mitos nas interpretações sobre o período

Rafael B. Vieira

1. Introdução

O longo mês de Junho de 2013 é até hoje uma das grandes esfinges interpretativas sobre o tempo recente no Brasil. A explicação sobre suas raízes históricas, sobre seus condicionantes, sobre o perfil social e sobre as formas de expressão daquelas manifestações geram distintas disputas interpretativas no campo das Ciências Sociais e Humanas em geral. A compreensão dos levantes que tiveram um momento singular em junho daquele ano pode ser vista como um pressuposto para qualquer avaliação teórico-política adequada sobre o tempo presente. Apesar dos debates sobre o tema terem avançado nos dez anos após aquele ciclo de lutas, ainda parecem insuficientes as avaliações e balanços críticos sobre um conjunto de temas e interpretações relacionadas a junho.

O material produzido sobre junho de 2013 é bastante vasto, e as fontes de análise daquele período são múltiplas. Análises de conjuntura, textos de intervenção, documentos políticos internos, matérias de jornais, artigos acadêmicos, livros, colunas em sites e jornais, documentários, vídeos de midiativismo, análise de imagens, redes sociais e etc. A disputa interpretativa atravessa muitos destes materiais ou a análise possível sobre os mesmos. O presente artigo procura lidar com um escopo restrito dessa multiplicidade de fontes, que são as análises acadêmicas realizadas prioritariamente em livros e revistas especializadas. Longe de reivindicar qualquer tipo de neutralidade científica ilusória, o estudo destes textos revela que as disputas sobre os significados de junho presentes socialmente reverberam nestas análises.

Na discussão sobre as interpretações do período, o artigo de Perez (2020, p. 7-15) procurou sistematizá-las através do levantamento no Portal de Periódicos da CAPES, no repositório Scielo para 2019 e em alguns anais de eventos e livros. Embora o artigo ajude a mapear alguns dos principais temas debatidos, o procedimento adotado aqui procura discutir qualitativamente e criticar duas teses que ressoam nas interpretações do período: a de que Junho pode ser apreendido homoganeamente e a de que Junho pode ser considerada uma mobilização de classe/camada média.

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento, realizada desde 2016, sobre junho de 2013¹. Uma primeira versão da primeira parte deste artigo foi publicada como “Junho de 2013: Temporalidade, conflito e as interpretações do período” (VIEIRA, 2023) no livro “Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)”. Aqui ela é ligeiramente

¹ Estas pesquisas foram institucionalizadas como “Cidade e Política: Junho de 2013 e seus desdobramentos” (UFF-2016/2020) e “Sistematização, interpretação e análise crítica dos indicadores sobre Junho de 2013” (UFRJ-2020/2022). Agradeço aos/às estudantes que integraram os grupos de pesquisa vinculados a estes projetos, e ao debate coletivo proporcionado.

complementada, e são feitas mediações em relação a algumas afirmações. Além disso, ela é articulada de forma mais ampla à proposta que o primeiro texto é parte, ao procurar identificar os principais “mitos”² que gravitam em torno das interpretações sobre junho de 2013, da qual a segunda parte deste texto também integra.

I – Junho como um todo homogêneo

Um dos principais erros de boa parte das interpretações disponíveis sobre junho de 2013 é considerar aquele ciclo de lutas como um todo homogêneo. Tal equívoco está presente tanto nas leituras que o exaltam acriticamente, representando o tempo idílico em que a “multidão” foi ao deserto (CAVA, 2013) ou uma espécie de insurreição popular quase em estado puro (JOURDAN, 2018, p. 109-121); ou como um enfrentamento da sociedade civil (entendida como um todo homogêneo que unifica empresários e trabalhadores) contra o Estado (igualmente em abstrato, dissipado dos conflitos de classe, raciais e de gênero que o estruturam), como querem os liberais (FIGUEIREDO, 2014); quanto naquelas que o rejeitam como uma mobilização da classe média conservadora em que se choca o ovo da serpente que culminará no golpe de 2016 (SOUZA, 2016, p. 87-116). Apesar de suas inegáveis diferenças de fundo, o que estes tipos de teorizações desconsideram é a complexidade do processo de apreensão daquele ciclo de lutas. Além disso, ignoram com frequência sua diversidade/especificidade regional e temporal. O ciclo de lutas em torno de junho de 2013 não foi o mesmo: no Rio de Janeiro, em Brasília, em São Luís e em Curitiba, por exemplo; nos momentos de maior nacionalização dos protestos; nos momentos que vão, respectivamente, do início de junho até o dia 17, entre o dia 17 e o dia 20, e após o dia 20, em algumas grandes cidades do país, nos ciclos que vão, respectivamente, do início de junho até o dia 17, entre o dia 17 e o dia 20, e após o dia 20 de junho não são os mesmos, por exemplo. Isso não quer dizer que não possam ser elaboradas teorizações mais gerais sobre aquele ciclo de lutas, ou que só existam realidades particulares apreensíveis em micro-escalas. Mas esquecer destes fatores faz com que algumas interpretações universalizem características particulares, que, sem as mediações necessárias, acabam por produzir erros de análise e avaliação importantes.

Uma leitura consequente daquele ciclo de lutas deve levar em consideração suas especificidades temporais. É verdade que delimitar o início daquele ciclo de lutas é uma tarefa que exige também certas mediações. Isto porque Junho não foi o dia mágico em que “o gigante acordou”, como imaginavam alguns cartazes levados às ruas naquela época. Já haviam tremores que poderiam indicar o acirramento da conflitividade social no país, como já demonstraram os textos de Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 2014; MATTOS, 2016, p. 95-96; MATTOS, 2020, p. 153), e o artigo de Andreia Galvão e Luciana Tatagiba (GALVÃO & TATAGIBA, 2018, p. 63-96; GALVÃO & TATAGIBA, 2022, especialmente p. 97) que apontaram, por exemplo, a emergência de um ciclo grevista mais amplo no ano de 2012 ou do aumento dos protestos sociais no entorno imediato daquele ano de 2013. Além disso, o

² Trato destes equívocos interpretativos como mitos para sublinhar seus efeitos práticos e sua vinculação à ideologia como representação mistificada/coisificada do real. A identificação destas percepções como “mitos” parte do diálogo com o aspecto conceitual da análise (e da crítica) do mito de Florestan Fernandes. Conferir: FERNANDES, 2008, principalmente p. 311.

ciclo de lutas de junho de 2013 já poderia ser antevisto em algumas de suas expressões em abril de 2013 nos protestos contra a Copa em Porto Alegre. O que há de distinto no mês de junho são dois fatores: o primeiro é a nacionalização dos protestos, que passam a ocorrer simultaneamente em diversas cidades; o segundo é o seu caráter de massa, sobretudo entre 13 e 20 de junho no país (no Rio de Janeiro este período se estende até outubro).

A delimitação temporal do ciclo é importante para o processo de apreensão daquele período da história recente do país, e permite perceber alguns conflitos que o atravessaram. André Singer é um dos primeiros autores a tentar identificar a importância de temporalizar os momentos de junho. Para o autor, durante aquele mês, os protestos poderiam ser divididos em 3 fases: a primeira, que vai do início de junho até o dia 16; a segunda, com o auge em termos de números de participantes, que vai do dia 17 até o dia 20; e a terceira, que vai do dia 21 de junho em diante (SINGER, 2013, p. 24-26)³. Essa temporalização leva em conta sobretudo a experiência do Rio de Janeiro e de São Paulo (e não vale necessariamente para todas as cidades do país, que possuem ritmos temporais variados). Estas cidades corporificam um conjunto de contradições que marcam os impactos do desenvolvimento capitalista nas cidades naquela quadra histórica (às vésperas dos grandes eventos), e tem no auge daquele ciclo de lutas um expressivo número absoluto de manifestantes nas ruas. Apesar de importante, é fundamental dar alguns passos adiante.

De início, os protestos são convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e alguns coletivos contra o aumento das passagens, tendo a Tarifa Zero como bandeira aglutinadora da problematização feita pelo movimento do projeto de cidade-empresa típico do neoliberalismo. Singer trata este momento como a primeira etapa que teria o objetivo específico da redução do preço das passagens, o que nos parece equivocado, pois, como lembra Paulo Arantes, mesmo a redução do preço das passagens ou a Tarifa Zero são apenas o ponto de partida para que o MPL discuta outro modelo de cidade e mesmo de sociedade (ARANTES, 2014, p. 404-424)⁴. Diante de cidades em que é naturalizada a lei do valor como princípio de organização, a difusão de pautas como a Tarifa Zero é capaz de provocar um terremoto por revelar algumas de suas contradições mais profundas. O fundamental de reter deste momento é que estes atos que inicialmente eram pequenos em números de participantes se ampliaram em escala a partir da sua divulgação e da publicização da repressão policial que se seguiu aos mesmos, feitas sobretudo através das redes sociais. A mídia corporativa em seu processo de vocalização dominante inicialmente tem como resposta fundamental a estes atos o clamor repressivo.

Com o processo de ampliação da divulgação do furor repressivo que se abatia sobre os atos convocados sequencialmente, há mudanças importantes a serem percebidas. A publicização destas imagens produziu um apoio difuso aos atos que expressam a existência de uma insatisfação também mais difusa (com conteúdos distintos em seu grau de consciência imediata). Isso faz com que, a partir do dia 13 de junho, os atos passem a ter um caráter massivo em algumas grandes cidades do país e se intensifique sua nacionalização. Como a resposta prioritariamente repressiva dos poderes constituídos vocalizada pela mídia corporativa não estava esvaziando os protestos, mas amplificando-os, há um nítido

³ Ruy Braga concorda com Singer na delimitação temporal das manifestações, mas introduz diferenças interpretativas importantes. Cf. BRAGA, 2017, p. 231 et seq.

⁴ Verificar a própria fundamentação político-teórica do Movimento Passe Livre da reivindicação por Tarifa Zero. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP, 2013, p. 13-18).

ajustamento de rumos. Isso é expresso na cobertura do principal grupo midiático corporativo nacional, as Organizações Globo. Há uma mudança quase caricatural de tom daquele que era o principal “comentarista político” do Grupo, Arnaldo Jabor, que do dia 12 de junho⁵ para o dia 17 de junho⁶ passa da condenação à tentativa de instrumentalização dos protestos pela exaltação dos manifestantes “ordeiros” (ou seja, comprometidos com a ordem dominante) – numa tentativa de retirar das ruas os considerados “radicais” e “vândalos”. Grupos conservadores também passam a intensificar sua movimentação tentando diluir as pautas mais radicalizadas até então em voga, e mesmo atacando as bandeiras vermelhas e partidos de esquerda presentes nas manifestações. Isso levaria às ruas frações conservadoras, que em determinados casos vocalizam as pautas assinaladas pelas corporações midiáticas (Contra a Proposta de Emenda Constitucional-37) – Arnaldo Jabor parece ser quem sinaliza esta pauta, quando poucos a conheciam no momento - e um apelo individualizante e superficial contra a corrupção.

É preciso não se escandalizar com essas frações conservadoras, provocando uma rejeição abstrata a tudo que diga respeito a junho de 2013 – este tipo de atitude é pouco produtiva teoricamente, apesar do seu peso político em alguns espaços. Estamos diante da arena das lutas de classes, que uma certa ciência política tentou decretar como extinta no curso dos anos 1990 e após. Não é somente a classe trabalhadora (e o jovem precariado urbano, como uma de suas expressões contemporâneas) quando luta que mobiliza seus repertórios de ação coletiva, mas os de cima também têm suas ferramentas de intervenção voltadas à garantia e reprodução do status quo.

São estes processos que levam Guilherme Leite Gonçalves, em diálogo crítico com Breno Bringel e a teoria dos movimentos sociais, a estabelecer a distinção entre movimentos madrugadores e grupos de rapina. Pelo primeiro, formulado com base em Bringel, entendem-se aqueles movimentos “que acendem a chama da mobilização social” (BRINGEL, 2013, p. 44). No caso de 2013, o Movimento Passe Livre é um ator essencial, junto a outros coletivos em geral menores que tiveram incidência regional. Já pelos segundos, Gonçalves entende os grupos que “não compartilham do mesmo enquadramento sociopolítico dos madrugadores” e procuram tomar “a insatisfação com os problemas sociais e o reprojeta conforme seus interesses” (LEITE GONÇALVES, 2022). Os grupos de rapina buscam se apropriar “das reivindicações inaugurais e as redefinem contra qualquer horizonte de política igualitarista”. O autor aqui avança em relação à leitura de Bringel que os classificava genericamente como derivados, mesmo que ressaltando que estes, no Brasil, teriam se aproveitado de espaços abertos pelas mobilizações iniciais sem, contudo, manter laços fortes com as mesmas. Gonçalves procura pontuar diferenças de conteúdo importantes que exigem um novo enquadramento para identificar que há uma mudança substancial nos sujeitos, sentidos e pautas da manifestação para em determinados casos invertê-los em relação aos movimentos que inicialmente convocaram as mobilizações. É fundamental pontuar que, durante este segundo momento, os chamados movimentos de rapina não prevalecem de forma incontestada e nacionalmente. O modelo de protesto de hegemonia conservadora, ao contrário do que indica Souza, prevalece somente em 2015/16 com as marchas pelo Impeachment de Dilma Rousseff. Entre os dias 17 e 20 de junho, há nitidamente uma disputa pelos rumos do

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso em 13/03/2023.

⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2640269/>. Acesso em 13/03/2023.

movimento, e os atos de rua são perpassados por estes conflitos que ou se manifestam de forma latente ou aberta quando grupos conservadores tentam atacar os partidos e movimentos de esquerda.

Ao contrário do que ocorre nas marchas de 2015/16, os atos entre os dias 17 e 20 de junho de 2013 são alvo de uma repressão brutal nas maiores cidades do país. Mesmo com as disputas pelos rumos do movimento, os componentes de revolta popular existentes nos protestos não desaparecem e inclusive sobressaem em determinadas localidades. Em junho de 2013, também foram expressas pautas de caráter popular (tarifa zero, educação e saúde públicas, críticas à violência policial, contraposição aos grandes eventos e em alguns espaços e momentos também a defesa da desmilitarização das polícias militares) capazes de tocar em pontos sensíveis do projeto neoliberal de cidade-empresa exaltado naquelas quadras, e onde frações do precariado urbano foram um sujeito relevante⁷.

A mudança de tom da cobertura midiática implica também uma mudança no discurso que fundamenta a ação repressiva da polícia. A mídia corporativa que defende inicialmente a repressão como única resposta do Estado para os protestos modifica seu discurso e passa a reconhecer a legitimidade das manifestações, desde que feita por manifestantes “ordeiros” que replicassem as pautas assinaladas por estas corporações. Há com isso a mobilização de uma fratura entre manifestantes “pacíficos”/“ordeiros” e “radicais/vândalos” como forma de legitimar a repressão contra estes últimos. Só que ao reprimir violentamente os que seriam supostamente “radicais” e “vândalos”, as manifestações como um todo também são atingidas.

Após o esvaziamento dos atos promovidos pela repressão, tem início o que Singer chama de terceira etapa dos protestos, marcadas por sua fragmentação em mobilizações parciais com objetivos específicos. Esse movimento explicita o conflito mencionado anteriormente, em um período que são convocadas mobilizações conservadoras (TATAGIBA, 2017, p. 71-98; NOBRE, 2022, cap. 3; CASIMIRO, 2016, p. 345-357; FREITAS, 2023, p. 76-81). Só que reduzir tal fase a estas falanges conservadoras é algo limitado para a apreensão da realidade, já que é nesta terceira etapa que também há a multiplicação de protestos em áreas periféricas (BRAGA, 2017, p. 232 et seq.; SINGER, 2013, p. 24).

Mas como então apreender Junho de 2013? Junho é expressão do conflito de classes, racial e de gênero no capitalismo dependente brasileiro sob o domínio da acumulação neoliberal (com o correspondente modo de gerir as cidades). Junho produz equívocos na interpretação de muitos cientistas sociais e cientistas políticos, diante de um esforço de compreendê-lo como um todo homogêneo. O ponto fundamental é: Junho teve elementos de uma revolta popular que toca em pontos sensíveis do padrão de cidade neoliberal, que sobressai principalmente em seu primeiro momento, que não se apaga nos demais e que sobressai em algumas cidades; ao mesmo tempo, há uma disputa pela direção dos protestos, que se materializa na segunda etapa do dia 17 até o dia 20 (com um tempo maior em algumas cidades), em que frações da classe média conservadora vão às ruas para disputá-las com o

⁷ Em seus escritos, Ruy Braga vem procurando chamar a atenção para a presença do precariado urbano em junho de 2013. Cf.: (BRAGA, 2013, p. 79-82; BRAGA, 2017, p. 221-244). André Singer, apesar de suas diferenças de interpretação, reconhece a presença de um novo proletariado caracterizado por sua baixa remuneração, alta rotatividade e más condições no trabalho, e jovens. SINGER, 2013, p. 27 et seq. Giovanni Alves adota uma perspectiva diferente na concepção do precariado em relação a Braga, mas pontua sua presença como “a *espinha dorsal* dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras que ocorreram em Junho de 2013” (grifos no original). Cf.: (ALVES, 2013a) Ainda: (ALVES, 2013b).

apoio da mídia corporativa. Deixar de reconhecer esta dimensão conduz boa parte das interpretações sobre o tema a equívocos.

Um dos limites das interpretações de Jessé Souza materializada em “A Radiografia do Golpe” se dá em absolutizar unilateralmente a presença da classe média conservadora, sem considerar os componentes de revolta popular que também ocorreram e que inclusive predominaram em determinados espaços⁸. Nesta obra, Souza também superdimensiona os acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo (onde o Movimento Passe Livre deixa de convocar os atos a partir de determinado momento, com o receio da intervenção dos grupos de direita) e transpõe de forma mecanicista a leitura do Jornal Nacional para as ruas, como se a totalidade dos manifestantes replicasse de forma acrítica o chamado da Rede Globo e suas pautas. Já André Singer tem uma leitura bem mais sofisticada do que a de Souza, mas levanta uma hipótese frágil, de um centro pós-materialista que emerge como resultado dos balanços de Junho. A emergência de um centro pós-materialista estaria associado com a realidade de uma sociedade supostamente em via de resolver seus conflitos materiais (SINGER, 2013, p. 37). O que Junho revela é que estes conflitos não foram resolvidos, e que a regulação social típica do lulismo segue repondo um conjunto de contradições sociais típicas das sociedades capitalistas periféricas. Ao deslocar-se da tensão social e da disputa que estiveram presentes em Junho para analisar o “centro pós-materialista”, o resultado de sua leitura é uma tentativa de síntese harmonizadora que opera mascarando contradições e conflitos.

O processo de apreensão de Junho enquanto um todo homogêneo termina por incorrer em erros, atrelados fundamentalmente à negação e/ou secundarização da dinâmica temporal e dos conflitos que o atravessam (que não podem ser subsumidos mecanicamente às lideranças representativas como seus portadores imediatos). A totalidade sócio-histórica da qual Junho faz parte é complexa, está em transformação e é conflitiva. Trata-se, como afirma Ruy Braga, de levar em conta as múltiplas determinações da realidade “em uma totalidade conflitiva evoluindo no tempo que pode garantir uma compreensão mais precisa da atual etapa das lutas sociais no Brasil” (BRAGA, 2017, p. 232).

II. Junho como mobilização de classe/camada média

No campo das interpretações sobre o período, Jessé Souza e Maria da Glória Gohn compartilham da tese de que junho de 2013 foi uma mobilização de classe/camada média, mas através de construções diversas. Para Souza, embora junho tenha sido iniciado por estudantes de classe média e da periferia organizados em torno do Movimento Passe Livre, uma gigantesca manipulação midiática acaba federalizando as pautas contra o governo federal e fazendo com que a “classe média verdadeira” ou “classe média moralista e conservadora” (SOUZA, 2016, p. 100) assumam “de modo claro e incontestemente o protagonismo do movimento” (SOUZA, 2015, p. 240). Já Gohn procura oferecer uma leitura com mais mediações, em que discute tanto junho de 2013 e sua emergência no país (com foco em São Paulo) quanto possíveis conexões com manifestações no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos pós-

⁸ Alguns dos fundamentos teóricos deste equívoco de Souza são problematizados por Ruy Braga em: (BRAGA, 2017b, p. 30). Em certo sentido, Braga já havia problematizado a concepção sobre as classes e seus repertórios na obra de Souza em: (BRAGA, 2012, p. 27-29).

crise de 2008. Mas, para a autora, o que prevalece é que : “as manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias”. Ao discutir o perfil social das manifestações, indica que “os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho. Não estavam ausentes, mas o caráter do movimento de massa não foi dado por eles” (GOHN, 2015, p. 12 e 40) ⁹. Em 2018, ao retornar ao tema, afirma no balanço sobre 2013 que havia entre jovens “origem predominante nas camadas médias” (GOHN, 2018, p. 122).

A própria forma de produção de indicadores no período por Institutos de Pesquisa privados como o Datafolha, Ibope ou outras consultorias, e o formato pelo qual é colocado o debate sinaliza os limites da discussão contemporânea sobre classes sociais em parte da literatura disponível e na produção de indicadores. O rebaixamento do debate sobre as classes sociais através de uma tentativa precária de definir o que seria a classe média a partir do seu agrupamento quase que exclusivo a partir de critérios de renda e consumo já foi criticado fortemente por Márcio Pochmann. Para o autor, tal reducionismo acaba desprovendo a classe social de qualquer sentido estrutural (POCHMANN, 2012, p. 7) ¹⁰, e, além disso, há uma ausência de complexificação nos debates sobre seus repertórios de ação coletiva ¹¹. A realidade das classes sociais no capitalismo, sua dialética de conservação/transformação e sua dimensão processual e em luta é reduzida muitas vezes a faixas de renda de forma estática. Sua posição em relação aos meios de produção e ao regime de propriedade vigente é secundarizada ou mesmo ignorada; sua dimensão histórica e como totalidade relacional (BENSAID, 1999, p. 147-148) deixa de ser apreendida adequadamente.

Mesmo nos marcos dos limites apontados a respeito da impossibilidade de redução das classes a faixas de renda, os indicadores disponíveis não parecem autorizar a conclusão peremptória estabelecida por Souza de que Junho de 2013 possa ser considerado um ciclo de mobilizações da classe média.

Faixas	Rio de Janeiro (20/06)	Oito capitais (20/06)	Belo Horizonte (22/06)
Mais baixa	34 % (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (acima de 11 SM)	23% (acima de 10 SM)	21% (acima de 10 SM)

Fonte: (SINGER, 2013, p. 30).Elaborado para Oito Capitais com base no IBOPE em que 6% não responderam, para o Rio de Janeiro com base na Plus Marketing Consultoria e para Belo Horizonte pela Inovare

Embora Souza e Gohn tratem de alguns desses indicadores com ênfases diferentes, submetem rapidamente os debates à faixas de renda (há também referência ao perfil educacional), encontrando nisto um elemento fundante para a argumentação de que as manifestações seriam de classe/camada média. Ao projetar essa imagem prévia que tem

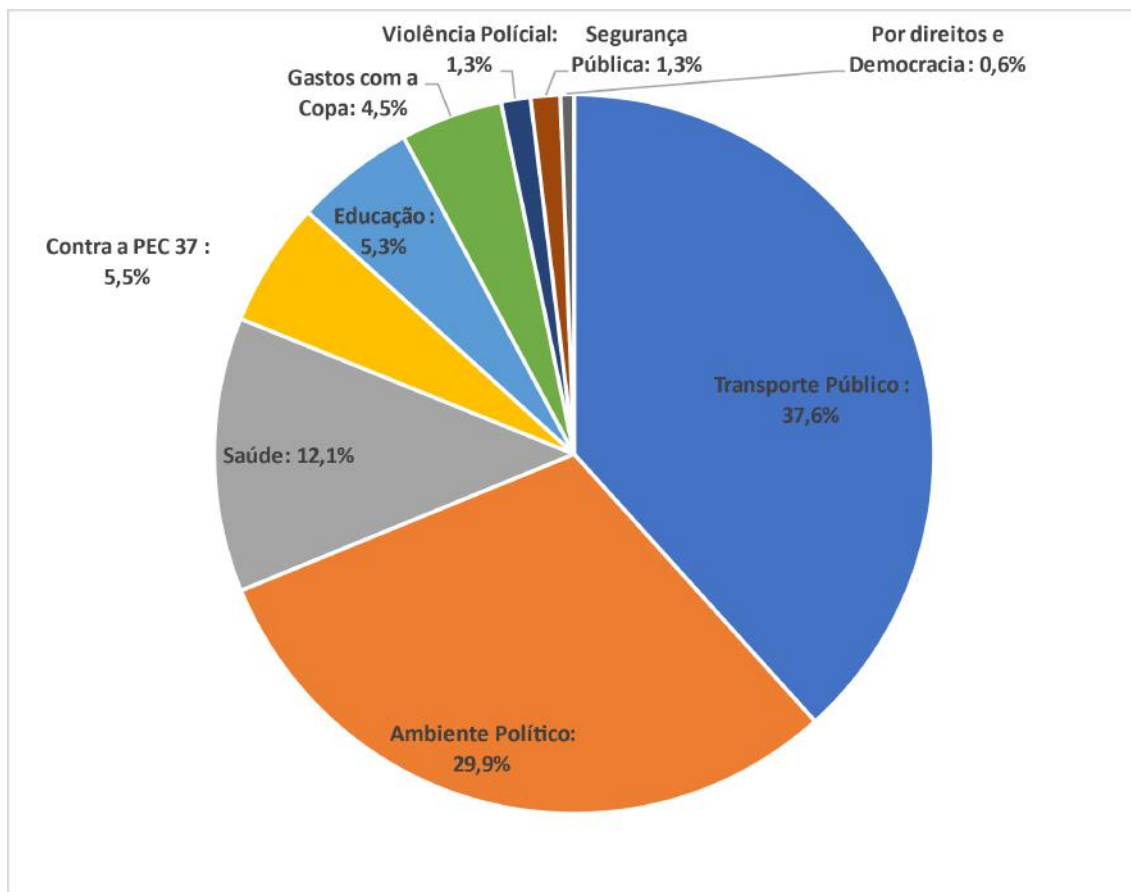
⁹ Problematizo aqui a tese da autora sobre junho como um movimento de camadas médias, sem entrar na discussão de como se dá o caráter do movimento de massas, uma discussão complexa, e que, como indicado no tópico anterior, precisa enfrentar especificidades temporais e regionais sem que possa ser resumida a um todo homogêneo e sem mediações.

¹⁰ Apesar da concepção de classe social e de sua agência tenha limites na análise do autor, a crítica levantada à “nova” literatura e às “novas” representações sobre a classe média são relevantes.

¹¹ cf (BRAGA, 2012).

sobre o processo, torna-se mais difícil explicar também os conflitos concretos existentes nas ruas em junho e o próprio conflito materializado naquele período. Singer, apesar dos limites apontados no tópico anterior, reconhece contradições mais complexas que o levam a pontuar, a partir dos indicadores, a presença tanto de um novo proletariado como da classe média.

Já os indicadores produzidos pelo Ibope em 20 de junho em 7 capitais sobre as razões das manifestações indicam complexidades que dificultam a identificação dos atos como tendo um inequívoco perfil conservador como quer Souza. De acordo com estes indicadores, a primeira motivação das pessoas que estavam nas ruas seria:



Fonte: Gráfico elaborado por Renata Barbosa, bolsista da FAPERJ, para apresentação na Semana de Integração Acadêmica e Científica da UFRJ de 2023 a partir de pesquisa Ibope de 20/06/2013. Ainda: Administração Pública 0,8%; outras causas específicas 0,8%; nenhum 0,1% e não respondeu 0,2%. Pesquisa disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 01/06/2023.

No que se refere especificamente a esta pesquisa, Souza tira do fato da corrupção aparecer como pauta uma conclusão absoluta de que se trata de uma manifestação da “classe média verdadeira”. Em primeiro lugar, a pauta prioritária para dos manifestantes é o transporte público, algo que é uma pauta distante da realidade cotidiana do que o autor infere como sendo a “classe média verdadeira”. A segunda pauta refere-se ao ambiente político de forma ampla, na qual 24,2% identificam no desvio do dinheiro um problema. Se por um lado é verdadeira sua preocupação de que esse debate é hegemônico por uma espécie de neoudenismo conservador que transforma a corrupção em um problema

moral/comportamental e não em um problema sistêmico¹², outros discursos¹³ abordam o tema enfatizando sua dimensão sistêmica articulada à privatização do público típica das sociedades capitalistas. É certo que a pergunta sobre o tema não é desinteressada por parte do Instituto de Pesquisa, e da forma como é feita procura inserir-se na construção da interpretação hegemônica sobre o tema, reforçando-a. Entretanto, há formas de expressões distintas sobre o tema que não são levadas em conta pelo autor. Além disso, Souza desconsidera a própria conjuntura e outras pautas em jogo, que tocavam em temas como saúde e educação pública e universal, a crítica da violência policial, os questionamentos dos modelos de cidade gestados e aprofundados na Copa e nas Olimpíadas, além de outros elementos que impedem que junho de 2013 seja reduzido a uma mobilização da classe média conservadora.

É evidente que os indicadores mencionados anteriormente são insuficientes para conclusões mais aprofundadas. Eles não permitem a apreensão das classes de forma complexa, e não nos levam a perceber nuances de posicionamento político (GALVÃO & TATAGIBA, 2022, p. 100) que possibilitem traçar de forma mais elaborada o perfil político de quem estava nas ruas. A própria leitura desses indicadores é aberta também a disputas sobre seus significados. Eles podem auxiliar por um lado a ir além do pântano de projeções de desejos individuais para a análise da realidade que toma conta de parte da literatura sobre junho, pelo menos em sua primeira etapa. Só que a abordagem desses indicadores exige uma leitura complexa capaz de reconhecer a conflitividade que junho expressa, conforme ressaltado no ponto anterior, e que possa estabelecer mediações sobre sua forma de construção e os resultados a que chegam. De acordo com Braga, os recortes em geral presentes nos indicadores sobre renda, idade e perfil político podem ser pontos de partida para a análise da realidade, mas não bastam por si só (BRAGA, 2017, p. 232). Precisam ser inseridos em uma totalidade conflitiva e em transformação.

Para além dos aspectos que poderiam ser discutidos através dos indicadores, é preciso procurar apreender outros elementos que antecedem, que materializam e que sucedem Junho de 2013. A secundarização de alguns destes problemas na literatura disponível é em parte produto de sua identificação apressada como um movimento de classe média. Não cabe aqui desenvolver o problema em toda sua extensão, mas apenas indicá-los. A própria conjuntura no entorno de Junho é marcada pela extensão de alguns destes protestos para as periferias dos grandes centros urbanos (BRAGA, 2017, p. 232 et seq; SINGER, 2013, p. 24), particularmente visível no Rio de Janeiro (BRITO & OLIVEIRA, 2013, p. 65-69; THÂMARA, 2014; VIEIRA, 2016, p. 315-329; JOURDAN, 2018, p. 123-128; AZEVEDO, 2019; LIMA, 2020). É relevante ainda um ciclo de ocupações que se sucedem a Junho de espaços em via de privatização ou de prédios públicos em diferentes cidades, como São Luís, Recife, Fortaleza e Vitória. No Rio, os protestos ainda possuem um caráter de massa até outubro de 2013 (passando por campanhas e manifestações como “Cadê o Amarildo?”, convocadas por movimentos de favelas), quando as diferentes estratégias de repressão no dia 15 de outubro de 2013 dissolvem seu caráter massivo no momento de maior radicalização no auge da greve dos profissionais da educação na cidade.

¹² Galvão e Tatagiba abordam o uso instrumental do tema da corrupção por parte das direitas e sua presença no período de forma muito mais elaborada e nuançada do que Souza. Cf.: (GALVÃO & TATAGIBA, principalmente p. 103).

¹³ Armando Boito trata da diferente percepção entre as classes e camadas em relação ao problema da corrupção. Cf.: (BOITO JR, 2017).

O número de greves no ano de 2013 chegou a 2050, segundo o DIEESE (2015, p. 2). Já havia um movimento ascendente nitidamente identificável em 2012 (MATOS, 2014), quando o número de greves chega a 873 em comparação com as 554 de 2011 e 446 de 2010. Segundo Galvão e Tataba:

Ao longo desses anos, observa-se uma mudança no perfil das greves: em 2012 e 2013, elas ocorreram majoritariamente no setor privado, havendo um crescimento substantivo de greves no setor de serviços. Outro aspecto a ser destacado é a prevalência de greves de caráter defensivo no setor de serviços, que reúne categorias mais frágeis do ponto de vista da remuneração e das condições de trabalho e com menor tradição de organização sindical. Destaca-se o crescimento de greves de trabalhadores sem grande tradição sindical e mais expostos à precarização do trabalho, como asseio e conservação, segurança e vigilância, mas também daqueles serviços cuja mobilização não constitui uma novidade, como transporte, saúde, educação e bancários (GALVÃO & TATABA, 2022, p. 97-98).

É certo que nem todas essas mobilizações tiveram um caráter massivo, mas é fundamental pontuar que estas lutas perceberam em junho ou após um momento propício para se expressar, compondo a disputa de sentidos que houve naquele contexto. Ainda é preciso lembrar que a greve dos profissionais da educação no Rio de Janeiro teve um caráter de massa, levando mais de 100.000 pessoas ao centro da cidade no dia 15 de Outubro de 2013. A brutal repressão que se realiza na região marca o fim do movimento de massas na cidade no ciclo imediatamente no entorno de junho. Estas dinâmicas são componentes de junho, e não podem ser reduzidas a uma identificação como um ciclo de protestos de classe/camada média.

Considerações finais

Não são somente estes os mitos que povoam as interpretações sobre Junho de 2013. Junho de 2013 como “ovo da serpente” (sintetizado também por Jessé Souza); a transposição de vontades individuais do pesquisador para apreender Junho; as marchas pró-impeachment como continuidade linear de Junho de 2013; poderiam ser outros temas elencados presentes na bibliografia sobre o tema e que mereceriam ser objeto de análise, sem esgotá-los. Alguns destes mitos estão articulados entre si, e determinadas interpretações podem recair em mais de um deles. Não cabe avaliar todos aqui, em algo que talvez será retomado em outra oportunidade.

As afirmações principais problematizadas ao longo deste ensaio (junho como um fenômeno homogêneo ou como mobilização de classe/camada média) podem ser encontradas em autores ou correntes interpretativas que por vezes não compartilham dos mesmos pressupostos teórico-políticos. O que seria um aparente paradoxo pode ser dissipado se apreendida sua raiz comum. A defesa destas duas teses está atrelada fundamentalmente a uma concepção limitada e estreita sobre as classes sociais e seu significado no capitalismo contemporâneo, e sobre as especificidades temporais e regionais que atravessaram o ciclo de lutas que teve em Junho de 2013 um momento importante.

Por um lado, as interpretações criticadas na primeira parte terminam por secundarizar aspectos essenciais da dinâmica conflitiva que é central para interpretar e explicar Junho de 2013, e acabam recaindo em uma leitura que universaliza características particulares. Por outro, as interpretações problematizadas na segunda parte terminam por dar um peso acentuado na discussão sobre classe/camada social a partir de perfis de renda, revelando uma concepção restrita sobre as mesmas, e terminam por projetar as características ou a imagem que tem de um perfil determinado para compreender o ciclo de lutas como um todo. A análise acaba sendo limitada se o debate sobre classe social for feito sem levar em conta sua posição na estrutura social, racial e de gênero (que vai muito além da renda), a formação da classe - que se dá em processo, em relação e no próprio fazer-se, como lembra Thompson (THOMPSON, 2004, p. 9-14; MATTOS, 2012, p. 83-97) - e a ação coletiva (BRAGA, 2017, p. 21-38) em uma totalidade concreta, relacional e contraditória.

10 anos depois, retornar a Junho segue sendo um momento necessário para uma compreensão adequada do momento atual, mesmo que a conjuntura não seja mais a mesma. Junho põe um conjunto de enigmas e desafios interpretativos que questionam a unilateralidade de determinadas interpretações e afirmações. Mas estas disputas interpretativas seguem sendo repostas, uma vez que são atravessadas também pelas disputas sobre como entender o Brasil atual nos desdobramentos (não lineares) pós-Junho. Os 10 anos posteriores a Junho, como lembra Matheus Gomes¹⁴, nos dão a oportunidade de retornar àquele período como um laboratório para a compreensão das dinâmicas, dos conflitos e dos desafios que marcam as lutas sociais contemporâneas.

Referências

ALVES, Giovanni (2013a). “**O que é o precariado?**” Blog da Boitempo, 22 de julho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em 25 mar 2023.

ALVES, Giovanni (2013b). “**A revolta do precariado no Brasil**”. Blog da Boitempo, 24 de Junho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em 25 mar 2023.

AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares de. **Cidade e Política: Reforma Urbana e Exceção no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gramma Editorial, 2019.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica (Séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOITO JR, Armando. “Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado”. **Revista Lumen**, v.2, n.3, 2017.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁴ Formulação elaborada durante a mesa “Mapeando a geografia de Junho: 2013 em diferentes cidades do país”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vCYhDrff7ZM>. Acesso em 25/07/2023.

- BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: VIANA, Silvia; HARVEY, David, et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 79-82.
- BRAGA, Ruy. (2017b). “Pode o subalterno lutar?” **Revista Quatro Cinco Um**, São Paulo, Número 8, Edição de 30 de novembro de 2017.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo/USP-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- BRINGEL, Breno. “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. **Revista Insight Inteligência**, n. 62, 2013.
- BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro. “Territórios Transversais” In: HARVEY, David; VIANA, Silvia et. al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 65-69.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese. Doutorado em História Social - UFF. Niterói, 2016.
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: As manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)**. São Paulo: Annablume, 2013.
- DIEESE, “Balanço das greves em 2013”. **Boletim de Estudos e Pesquisas**, nº 79, dezembro de 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Globo, 2008.
- FIGUEIREDO, Rubens (Org.). Junho de 2013: **A sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.
- FREITAS, Veronica Tavares. **‘Meu partido é o Brasil’: A ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos brasileiros (2011-2019)**. Tese. Doutorado em Sociologia – USP. São Paulo, 2023.
- GALVÃO, Andreia & TATAGIBA, Luciana. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)”. **Opinião Pública (Revista do CESOP)**, Campinas, vol. 25, n.1, jan-abr, p. 63-96.
- GALVÃO, Andreia & TATAGIBA, Luciana. “Contradições do capitalismo e conflito distributivo: Junho de 2013 à luz de uma abordagem integradas dos protestos”. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN Luciana; MENDONÇA, Ricardo. (Orgs). **Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. “Jovens na política na atualidade: Uma nova cultura de participação”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, jan/abr de 2018.
- JOURDAN, Camila. 2013: **Memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.
- LEITE GONÇALVES, Guilherme. “Neoliberal Malaise, 2013 ‘June Journeys’ and the Criminalization of the Protests in Brazil: a Re-reading Through Louis Althusser”. **Intermatonal Journal of Politics, Culture and Society**, June, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10767-022-09425-y>

LIMA, Elisângela Oliveira. **As políticas públicas de transporte em disputa**: As revoltas contra o sistema de transportes nas periferias do Rio de Janeiro entre junho e dezembro de 2013. Relatório de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves no Brasil**: O despertar de um novo ciclo de lutas? 2014. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532181-greves-no-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas>. Acesso em 20 mar/03/2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020

MATTOS, Marcelo Badaró. “De junho de 2013 a junho de 2015: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In: Demier, Felipe; Hoeverler, Rejane (Orgs.) **A onda conservadora**: Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. (VIANA, Sílvia; HARVEY, David et al.). São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-18.

NOBRE, Marcos. **Os limites da democracia**: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022

PEREZ, Olívia Cristina. “Interpretações sobre as Jornadas de Junho de 2013”. **Global Journal of Human-Social Sciences**, vol. XX, Issue III, Version 1, 2020, p. 7-15.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SINGER, André. “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. **Revista Novos Estudos** CEBRAP, n°97, novembro de 2013.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: Entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

TATAGIBA, Luciana. “Os protestos e a crise brasileira: Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)”. **Revista Sinais Sociais**, n. 33, 2017, p. 71-98.

THÂMARA, Thamyra. “Junho preto: Favelado ocupando as ruas”. In: Moraes, Alana et al (Org.). **Junho**: A potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol I – A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VIANA, Sílvia “Será que formulamos mal a pergunta?”. In: VIANA, Sílvia; HARVEY, David, et. Al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. (.). São Paulo: Boitempo, 2013a, P. 53-58.

VIANA, Sílvia. (2013b). **Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa**. Blog da Boitempo, 21 de junho de 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/tecnicas-para-a-fabricacao-de-um-novo-engodo-quando-o-antigo-pifa/>. Acesso em 13 mar. 2023.

VIEIRA, Rafael B. Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das Unidades de Polícia Pacificadoras. **Revista Direito e Práxis**, v.07, n.3, 2016.

VIEIRA, Rafael B. “Junho de 2013: Temporalidade, Conflito e as interpretações do período”. In: FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (Orgs.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.